

22-24/8/97 A-9
09

CARTAS

Estudos ambientais

Sr. editor:

Com o objetivo de esclarecer a opinião pública a respeito da posição do Ministério dos Transportes no caso do licenciamento ambiental da Hidrovia Tocantins-Araguaia (Gazeta Mercantil de 15/07/97, pág. 8, sob o título "Estudos Ambientais mostram poucos resultados") encaminho a presente e solicito a gentileza de sua publicação.

Empreendimento que integra o Programa Brasil em Ação - plano de metas do governo Fernando Henrique Cardoso, visando construir as bases do desenvolvimento sustentável - a Hidrovia Tocantins-Araguaia, do ponto de vista da proteção ambiental, está recebendo tratamento prioritário, o qual tem o objetivo de seguir rigorosamente as prescrições da legislação ambiental.

Tanto que, no momento, está sendo elaborado um novo Estudo do Impacto Ambiental - Relatório sobre o Meio Ambiente (EIA-RIMA) para atender as determinações dos órgãos competentes, especialmente o Ibama e outras entidades envolvidas, que consideraram o primeiro insatisfatório.

No Ministério dos Transportes, não apenas a Hidrovia Tocantins-Araguaia, mas todos os projetos passíveis de efeitos ambientais estão sendo objeto de licenciamento, de acordo com a legislação vigente.

No caso da ação judicial contra a hidrovia, é necessário esclarecer que não há obras nem serviços em execução pelo Ministério dos Transportes ou seus órgãos vinculados e que a Advocacia Geral da União irá tomar as providências legais cabíveis para cassar a liminar concedida pelo Poder Judiciário, uma vez que os argumentos apresentados pelos autores não correspondem à realidade.

A Hidrovia Tocantins-Araguaia é um empreendimento de importância estratégica para a Região Centro-Norte do País, na medida em que possibilitará a retirada das estradas de rodagem de um volume de cargas que varia entre 30 e 50% do movimento atual, fato que contribuirá para a redução da poluição do ar na área.

Cumprimentando V. S^a., aproveito o ensejo para apresentar meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração e subscrevo-me.

Atenciosamente,
Paulo de Tarso Félix
Assessor de Comunicação Social
Ministérios dos Transportes